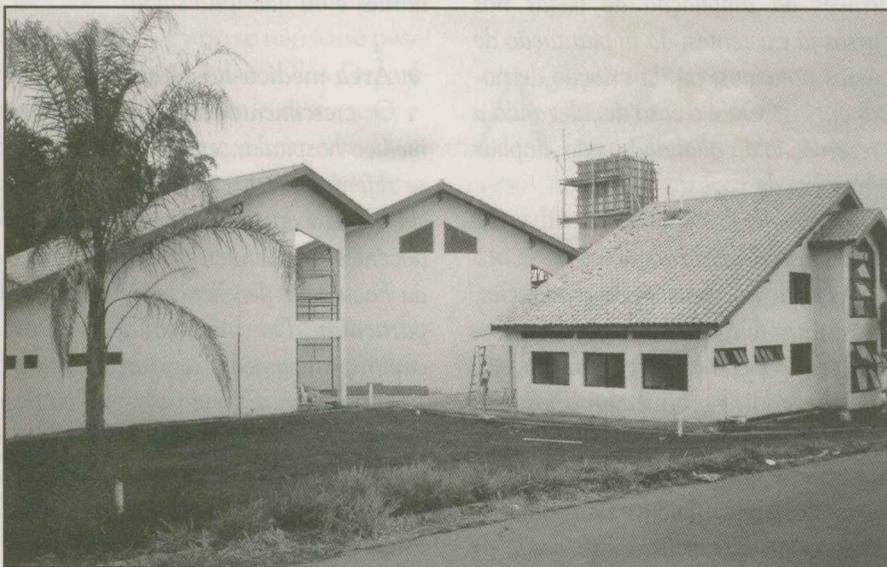


JORNAL ADUNICAMP

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo • Ano XV • Novembro/1996



Adunicamp inaugura sede própria dia 14 deste mês

No dia 14 deste mês, às 17h30, a Associação dos Docentes da Unicamp estará inaugurando sua sede própria, localizada no cruzamento da rua Cláudio Abramo com a avenida Albert Einstein. As obras tiveram início em fevereiro deste ano e serão concluídas na primeira semana de novembro. O projeto arquitetônico é de autoria do arquiteto Evandro Monteiro, da Coordenadoria de Projetos da Faculdade de

Engenharia Civil, o projeto paisagístico foi desenvolvido pela professora Rozely Ferreira dos Santos, também da Faculdade de Engenharia Civil, e a construção, realizada sob regime de administração, foi da responsabilidade do engenheiro Luiz Carlos de Almeida. A nova sede tem um total de 880 metros quadrados de área construída, em um terreno de aproximadamente dois mil metros.

Pág. 12

A necessidade de novos cursos de graduação

O debate sobre a criação de novos cursos de graduação na Unicamp, tais como arquitetura, psicologia e geografia, avançou neste ano de 1996. A proposta de implantação do curso de arquitetura a partir de 97 chegou a ser submetida ao Consu mas não foi aprovada.

Para o professor **Armando Boito**, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, "a incompreensão da necessidade acadêmica e política desses cursos tem dificultado sua aprovação". Para ele, a negativa do Consu, à criação do curso de graduação em arquitetura é lamentável. "Foi uma grande derrota para os que defendem na prática, e não apenas no discurso, o ensino público", afirma Armando Boito. Os professores **Adriana Vitorino Rossi**, **Isabel Cristina Sales Fontes Jardim**, **Marco Aurélio Zezzi** e **Matthieu Tubino**, do Departamento de Química Analítica do Instituto de Química analisam e defendem a proposta para a criação de um curso noturno de licenciatura em ciências.

Págs. 4 e 11

Ainda nesta edição

Editorial

Ao completar 18 meses à frente da Adunicamp, a atual diretoria da Entidade participou de dezenas de reuniões nas Congregações e Conselhos Departamentais nos últimos dois meses, para debater e prestar contas das atividades desenvolvidas durante a atual gestão. O editorial **Uma agenda para a Unicamp** analisa o resultado dessas reuniões e elenca os principais temas que estão na pauta de discussões dos docentes da universidade.

Pág. 2

O pós-graduando como multiplicador da produtividade acadêmica

Pág. 3

Uma declaração da independência do espaço cibernético

Pág. 5

Patê de fígado de docente é prejudicial à saúde

Págs. 6 e 7

Notas sobre o mestrado interinstitucional

Pág. 8

Medicina: obra de Charles Singer é traduzida para o português

Pág. 9

Centros de Excelência

Pág. 10

EDITORIAL

Uma agenda para a Unicamp

A atual Diretoria da Adunicamp, quando se inscreveu na Secretaria da Entidade para concorrer às eleições, elaborou um programa onde se lê: "... sem descuidar das condições que consideramos indispensáveis para a realização de nossos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão – em especial salários compatíveis com a dedicação integral e exclusiva – nossas preocupações vão muito além das questões que envolvem as relações de trabalho dos docentes com a Universidade".

Com o propósito de levar à prática esse compromisso, e fazê-lo de tal sorte que a representatividade dos nossos quase 2.000 associados fosse assegurada, a Diretoria da Adunicamp tomou a iniciativa de solicitar a todos os Diretores de Unidades da Universidade, autorização para fazer uso da palavra nas reuniões das respectivas Congregações. No caso específico da Faculdade de Ciências Médicas, a pedido dos colegas da Unidade e tendo em vista as especificidades da FCM, participamos, também, de reuniões dos Conselhos Departamentais.

Nas dezenas de reuniões em que temos tido a oportunidade de estar presentes, e em inúmeros outros encontros com colegas na sede de nossa Associação – que aumentaram significativamente nos últimos meses – vários temas extremamente relevantes para a Universidade tem sido abordados. Estas manifestações, na realidade de questionamentos, expressam inquietações sobre o futuro da Unicamp. As principais preocupações que detectamos entre os docentes referem-se aos seguintes temas:

◆ Universidade/sociedade

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Unicamp refletem as principais demandas da sociedade que a financia? A título de exemplo, os problemas relativos ao transporte coletivo e à habitação, cruciais na atualidade, têm recebido a nossa devida atenção? Nós temos, de fato, prestado contas à sociedade? Nossos programas de trabalho e seus resultados são, de alguma forma, por ela avaliados?

◆ Trabalho integrado

Por uma série de razões, de ordem interna e externa, esvai-se continuamente o trabalho integrado. As unidades (Institutos e Faculdades) cada vez mais isolam-se entre si; dentro destas os departamentos alheiam-se uns dos outros; no interior dos departamentos há grupos de trabalho que se ignoram; por fim, há cada vez mais docentes procurando cumprir suas tarefas através de projetos e soluções individuais. Esta tendência, apesar de aqui apresentada de forma simplificada é real, e não só contraria o ideal universitário, como limita o potencial da instituição.

◆ Financiamento da Universidade

Várias e graves questões colocam-se neste tema. A atual forma de financiamento (% da arrecadação do ICMS) é satisfatória? Qual a segurança que oferece, na medida em que precisa ser negociada todo ano na Assembléia Legislativa? Há outras fontes de recursos efetivos, além do Governo do Estado? Os financiamentos privados devem ser buscados? Em caso positivo, qual o significado e dimensão que podem ter para a Universidade? A questão do ensino pago está definitivamente descartada? A aprovação de uma Lei Orgânica para as Universidades Estaduais Paulistas é a solução? Como será enfrentada a redução do orçamento em 1997 (estimada entre 5 e 6%), em decorrência da isenção do ICMS para produtos exportados?

◆ Aumento de vagas

A Constituição do Estado de São Paulo de 1989 diz em seu artigo 253: "A organização do sistema de ensino superior do Estado será orientada para a ampliação de vagas oferecidas no ensino público diurno e noturno, respeitadas as condições para a manutenção da qualidade de ensino e do desenvolvimento da pesquisa". O seu parágrafo único determina que pelo menos um terço das vagas correspondam a cursos noturnos. Como atender a este dispositivo constitucional — ampliação de vagas e manutenção da qualidade — num período de restrição orçamentária e aposentadoria precoce? No caso es-

pecífico da Unicamp, como poderemos fazê-lo de forma mais competente: através da ampliação de vagas nos cursos já existentes, da implantação de cursos noturnos, ou da criação de novos cursos? Ou é o caso de, alegando a preservação da qualidade, não ampliar o número de vagas?

◆ Ensino de graduação

As críticas ao ensino de graduação, que estaria relegado a um plano secundário em relação à pós-graduação, são uma constante na Unicamp. Elas provêm não apenas dos estudantes, mas também de muitos docentes que se dedicam preferencialmente ao ensino de graduação. Tais críticas vão desde as instalações de salas de aula e laboratórios, passam pela falta de preocupação com a produção de livros e outros materiais didáticos, indo até a não valorização das atividades envolvidas no ensino de graduação.

◆ Regime de trabalho

Os atuais regimes de trabalho (RDIDP, RTC e RTP) correspondem à realidade e atendem às necessidades dos docentes e da Universidade? Em caso positivo, eles estão sendo cumpridos? Por quê? O que deveria ser feito para que as normas fossem respeitadas? Em caso negativo, quais mudanças deveriam ser introduzidas? Faz sentido o regime de 40 horas sem dedicação integral?

◆ Previdência

As questões relativas à previdência de um modo geral tem se revelado uma das que mais preocupam os docentes da Unicamp. A possibilidade da extinção de direitos adquiridos ou expectativas de direitos, tem criado um ambiente de insegurança e insatisfação, além da corrida às aposentadorias, com enorme prejuízo para a instituição. Não haveria condições para que a Universidade, fazendo uso de sua autonomia, se manifestasse sobre esta questão? Não seria possível criar algum tipo de estímulo para evitar aposentadorias precoces? A Universidade terá condições de, a médio e longo prazo, continuar arcando com o pagamento dos inativos? A criação de um

Fundo para assegurar (e se for o caso complementar) o valor das aposentadorias, é ou não uma saída?

◆ Área médico-hospitalar

O crescimento contínuo da área médico-hospitalar, em especial no que se refere à prestação de serviços, tem sido objeto da preocupação de muitos docentes da Universidade em geral e da Faculdade de Ciências Médicas em particular. Do orçamento da Unicamp, praticamente um terço destina-se a esta área. O que isto significa para a FCM e para o conjunto da Universidade? Esta expansão deve ser estimulada ou contida? Em que termos? Qual deve ser a participação dos docentes da Universidade, e da FCM em particular, na formulação de propostas e tomada de decisões?

◆ Plano Diretor

Há colegas que defendem o ponto de vista de que a Universidade deve elaborar um Plano Diretor e nortear o seu desenvolvimento com base no mesmo. Outros pensam que tal Plano engessaria a Universidade, dificultando a sua adequação à realidade em constante mutação. Ou cabe um meio termo, em que algumas diretrizes básicas devem ser definidas, implantando um sistema de planejamento dinâmico e flexível? A título de exemplo, vale a pena recordar que há cursos já previstos nos Estatutos (dispensando portanto a aprovação do Conselho Universitário) que nunca foram implantados. E há cursos que não estão previstos e que se pretende implantar.

Como dissemos no início, estas questões tem sido apresentadas com frequência à Adunicamp. A Associação, dentro de suas limitações, tem realizado alguns debates e publicado textos sobre estes temas, inclusive com a participação de representantes da administração. É preciso, entretanto, que a própria direção da Universidade, que por ela é responsável e tem condições e poder para tomar e implementar decisões, assumam e conduza o debate destas relevantes questões no seio da comunidade. A Adunicamp coloca-se à disposição para colaborar.

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

O pós-graduando como multiplicador da produtividade acadêmica

José Roberto de França Arruda

Na comparação das melhores universidades brasileiras com suas congêneres em países desenvolvidos, salta aos olhos a grande desproporção no número de docentes. Estariam, portanto, "inchadas" as nossas universidades?

Ao constatar o ritmo e a intensidade de trabalho dos docentes que lideram grupos de pesquisa no Brasil, fica claro que não se trata de simples "inchaço", como poderia parecer à primeira vista. Na verdade é a estrutura pouco hierarquizada das universidades brasileiras que não possibilita, na maioria dos casos, a organização piramidal ou trapezoidal, típica das universidades mais produtivas. Nestas, os líderes de grupos têm sob sua direção um corpo de pesquisadores que dele dependem tanto para a orientação dos caminhos que as pesquisas devem seguir como para o provimento dos recursos, públicos ou privados, que viabilizam os trabalhos, inclusive a sua remuneração.

Dessa forma, um departamento de dez professores numa universidade européia ou norte-americana conta com a dedicação de, digamos, outros dez a vinte pesquisadores de alto nível, portadores do título de Doutor, pagos com recursos de projetos além de, tipicamente, meia centena de pós-graduandos, na maioria pagos também com verbas de projetos, e que participam ativamente das atividades de ensino, pesquisa e extensão do departamento.

Fazem parte das atividades de um doutorando nas melhores universidades do mundo a organização de laboratórios, a preparação de aulas de laboratório e estudos dirigidos, a correção de trabalhos dos alunos e a participação na organização de eventos, cursos de extensão e atividades de prestação de serviços. Ainda assim, estes doutorandos concluem geralmente seu trabalho com sucesso em prazos menores que os nossos, que são poupados da maioria destas atividades.

No Brasil, para ter uma produtividade comparável, um departamento tem tipicamente mais de meia centena de docentes em seu corpo permanente. Entretanto, sem a estrutura piramidal alicerçada na dependência econômica, docentes menos experientes e pós-graduandos proporcionam um apoio muito menor do que seria desejável. Com isso, os pesquisadores mais experientes enfrentam dificuldades muito maiores do que seus colegas no exterior. Somem-se a isso as dificuldades advindas das carências de infra-estrutura de um país em desenvolvimento e de universidades mal administradas, com pessoal administrativo via de regra pouco qualificado.

A solução definitiva dos problemas descritos passa, é claro, pelo lento e difícil processo de desenvolvimento da sociedade, nos seus aspectos cultural, social e econômico. Entretanto, algumas medidas pode-

riam, desde já, prover algumas soluções. Uma delas seria a de incluir os recursos para pagamento de bolsas de pós-graduação e outras despesas de custeio nas verbas dos projetos de pesquisa, a exemplo do que ocorre nos EUA através dos "grants". Dessa forma, caberia ao professor otimizar a alocação de recursos para equipamentos, pagamento de bolsas e outros serviços, tendo em vista os objetivos do seu grupo de pesquisa. O pagamento das bolsas dependeria da avaliação mensal do desempenho do bolsista, que poderia ser substituído a qualquer tempo, caso não tivesse dedicação e desempenho satisfatórios.

Apenas um número muito limitado de bolsas continuaria a ser concedido nos moldes tradicionais, para candidatos que demonstrassem capacidade e maturidade excepcionais no processo de seleção. Somente a estes seria dado o privilégio de uma maior estabilidade e maior autonomia na condução de seu trabalho de pesquisa.

Outra medida necessária seria o aumento de número de bolsas de recém-doutor. Isto seria necessário pelo menos num primeiro momento, enquanto o setor produtivo não suprir os recursos necessários ao pagamento desses recém doutores através do financiamento aos projetos de pesquisa.

É evidente que a maior dependência do pós-graduando em relação ao seu orientador poderá cau-

sar situações de abuso de poder. Caberá às coordenações de curso, à representação dos pós-graduandos e às instâncias superiores da universidade defender direitos e interesses legítimos que venham a ser porventura lesados.

Todos poderiam ser beneficiados com esta nova situação. A sociedade veria os recursos aplicados no desenvolvimento científico e tecnológico melhor aproveitados. O corpo docente das universidades poderia ser "enxugado", o que permitiria uma maior valorização do professor universitário, colocando sua remuneração dentro de parâmetros internacionalmente adotados. A produtividade aumentaria, na medida em que o docente passaria a contar com uma estrutura multiplicadora do seu trabalho. A precarização do emprego para os recém-doutores seria compensada por um maior dinamismo na oferta de oportunidades de trabalho para este nível de qualificação. Finalmente, o maior envolvimento do pós-graduando nas atividades do grupo de pesquisa proporcionaria uma formação profissional mais completa e possibilitaria contatos com o setor produtivo que facilitariam sua futura inserção no mercado de trabalho.

José Roberto de França Arruda é professor adjunto da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp.

EXPEDIENTE

Diretoria:

Luís Carlos Guedes Pinto, presidente; Ítala M. Loffredo D'Ottaviano, 1º vice-presidente; José Luiz Antunes de Oliveira Sousa, 2º vice-presidente; Lúcia Pereira da Silva, 1º secretário; Sílvia Azucena Nebra de Pérez, 2º secretário; Marcela Haun, 1º tesoureiro; Marlene Rita de Queiroz, 2º tesoureiro; Lino Castellani Filho, diretor administrativo.

Adunicamp - Associação dos Docentes da Unicamp
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - telefone (019) 239-1148/239-8152

Jornal Adunicamp - Novembro/1996

Editor: Marcos Luiz Cripta vd; Coordenação: professora Lúcia Pereira da Silva; Assistente de redação: Roseli Coutinho dos Santos; Projeto gráfico e editoração eletrônica: Luís Ricardo Câmara; Ilustrações: Maringoni; Revisão: Jamila Natour; Distribuição: Maurício Lopes e Roberto Munhoz. Tiragem 4.000 exemplares. Distribuição gratuita.

O **Jornal Adunicamp** é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem necessariamente o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

Essa edição foi fechada na redação dia 1 de novembro de 1996.

I E II GRAUS

Proposta para criação de curso noturno de licenciatura em ciências

Adriana Vitorino Rossi, Isabel Cristina Sales Fontes Jardim,
Marco Aurélio Zezzi Arruda e Matthieu Tubino

Considerando a necessidade da abertura de vagas no período noturno para, de um lado, atender ao preceito da Constituição do Estado de São Paulo e, de outro, para melhor cumprir a função social da Universidade, apresentamos, para discussão, a proposta inicial para a criação de um curso noturno de quatro anos, para formação de professores para o ensino de Ciências no primeiro e segundo graus.

Tendo em vista a relação entre o número de bacharéis formados e empregados anualmente, e a nítida deficiência de professores adequadamente preparados para o magistério de primeiro e segundo graus, entendemos que é necessário criar um curso que vise, especificamente, a formação de professores e não de químicos, físicos, matemáticos e biólogos com licenciatura. Pensamos que um professor de ciências, para ensinar alunos nos estágios pré-universitários, deve ter uma boa formação sobre o conjunto de conhecimentos considerados importantes dentro do conteúdo a ser transmitido nessa fase do aprendizado. Não é, contudo, necessário que o mesmo seja especializado numa disciplina específica. Aliás, um profissional com visão global dos diversos campos do conhecimento, embora com menor profundidade nas várias especialidades, pode contribuir mais efetivamente para a formação dos estudantes do primeiro e segundo graus.

Os sistemas tradicionais de licenciatura privilegiam um conhecimento específico. Assim, temos licenciados em Química, em Física, em Matemática, em Biologia. A realidade, nas escolas, é a existência de vários professores, responsáveis pela transmissão do conteúdo de disciplinas específicas, num contexto compartimentalizado, que dificilmente permite comunicação entre os vários ramos do conhecimento. Devemos

buscar situações que favoreçam correlações entre as diversas áreas do conhecimento, para estimular construções conceituais nas "cabeças" dos estudantes, num contexto globalizado. Para isso, nada melhor que contar com professores com formação interdisciplinar. Numa mesma escola, as aulas de Química, de Física etc. poderiam ser proferidas pelo mesmo professor, ou, havendo mais professores, poderia haver maior entrosamento quanto ao conteúdo das aulas, formando um corpo organizado de conhecimento.

Neste ponto, vale ressaltar uma outra grande vantagem para este profissional com múltiplas atribuições. Podendo responder por várias matérias, ele não precisaria se vincular a muitas escolas. Sua carga didática poderia ser preenchida com diferentes disciplinas numa mesma escola.

A característica de formação de profissionais com habilitação mais ampla, aliás, seria um grande atrativo para os vestibulandos que veriam maiores possibilidades de sucesso profissional. Também, seria um atrativo para professores já atuantes que vislumbrariam neste curso uma possibilidade de ampliarem as suas atribuições profissionais, como discutiremos na sequência.

O curso

O curso formaria, em quatro anos, licenciados com habilitação para aulas de Química, Física, Matemática e, se possível, Biologia.

Seria um curso com ampla participação da comunidade docente da Unicamp, envolvendo o maior número possível das diversas unidades da Unicamp, para formação de profissionais do ensino com visão ampla, já que todas as unidades poderiam contribuir com disciplinas de grande importância para formação do professor.

Neste ponto, não pretendemos

apresentar nenhuma proposta de grade curricular ou ementas de disciplinas. Consideramos que isso deve ser feito em conjunto com representantes das unidades interessadas, inclusive para rigorosa observação das exigências do MEC, para que um único diploma (obtido em quatro anos) conceda habilitação profissional para o exercício do magistério em várias disciplinas. A colaboração das outras unidades também é fundamental para a elaboração de uma grade curricular coerente e enxuta, verdadeiramente adequada à realidade do ensino de primeiro e segundo graus.

Vislumbramos a participação do IEL, com ensino do uso da linguagem no ensino: do IFCH, com epistemologia e com filosofia e história da Ciência; da FE com disciplinas relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem; do IQ, IF, IMECC e IB com disciplinas específicas. As Engenharias poderiam mostrar a aplicação tecnológica do conhecimento nas mais diversas áreas como: alimentos, agricultura, geração e transporte de eletricidade, construções, máquinas etc. A FCM poderia contribuir com conhecimentos de fisiologia, anatomia, higiene e saúde pública, enquanto o IG poderia colaborar com conhecimentos sobre a Terra, o sistema solar etc. ...

Número de vagas

Poderiam ser abertas 50 vagas para alunos ingressantes via vestibular.

Outras 20 vagas poderiam ser reservadas para profissionais já licenciados pela Unicamp em especialidades afins. Também, poderia ser permitida a transferência de alunos que, no momento, estiverem matriculados em outros cursos noturnos de licenciatura da Unicamp. Nestes casos é possível estabelecer critérios de prioridades como, por exemplo, no caso dos já diplomados: anos de formatura e anos de magistério.

É importante deixar claro que nossa proposta não é substituir os cursos de licenciatura noturnos já existentes, pelo curso de licenciatura em Ciências.

Comentários Finais

Reconhecemos que é necessário estudar cuidadosamente o conjunto de disciplinas que deverão compor este curso, mas acreditamos ser possível chegar a um consenso de bom nível sobre o mesmo, isto depende apenas do esforço entrosado da comunidade docente da Unicamp.

Esse curso pode ser muito atraente para os vestibulandos, pelo seu caráter inovador que deve tornar-se muito claro para a comunidade através de divulgação adequada e, também, pela ampla qualificação profissional oferecida. O número total de vagas proposto a ser oferecido é significativo.

Além disso, há preocupação com o aperfeiçoamento de professores, através do oferecimento das 20 vagas para aqueles já licenciados pela Unicamp. Isto representa uma possibilidade de "reciclagem" de professores do segundo grau, que viria atender freqüentes solicitações desses profissionais, preocupados com a melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

Refletindo sobre a atual situação da universidade e da sociedade, e sobre os papéis e necessidades de cada parte, fica claro que o momento urge por atitudes de coragem e de esforço conjunto em busca de soluções eficientes para o progresso coletivo.

Adriana Vitorino Rossi, Isabel Cristina Sales Fontes Jardim, Marco Aurélio Zezzi Arruda e Matthieu Tubino são professores do Departamento de Química Analítica do Instituto de Química da Unicamp.

INTERNET

Uma declaração da independência do espaço cibernético

John Perry Barlow

Governos do Mundo Industrial, vocês gigantes aborrecidos de carne e aço, eu venho do espaço cibernético, o novo lar da Mente. Em nome do futuro, eu peço a vocês do passado que nos deixem em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós. Vocês não têm a independência que nos une.

Os governos derivam seu justo poder a partir do consenso dos governados. Vocês não solicitaram ou receberam os nossos. Não convidamos vocês. Vocês não vêm do espaço cibernético, o novo lar da Mente.

Não temos governos eleitos, nem mesmo é provável que tenhamos um, então eu me dirijo a vocês sem autoridade maior do que aquela com a qual a liberdade por si só sempre se manifesta. Eu declaro o espaço social global aquele que estamos construindo para ser naturalmente independente das tiranias que vocês tentam nos impor. Vocês não têm direito moral de nos impor regras, nem ao menos de possuir métodos de coação a que tenhamos real razão para temer.

Vocês não nos conhecem, muito menos conhecem nosso mundo. O espaço cibernético não se limita a suas fronteiras. Não pensem que vocês podem construí-lo, como se fosse um projeto de construção pública. Vocês não podem. Isso é um ato da natureza e cresce por si próprio por meio de nossas ações coletivas.

Vocês não se engajaram em nossa grande e aglomerada conversa, e também não criaram a riqueza de nossa reunião de mercados. Vocês não conhecem nossa cultura, nossos códigos éticos ou falados que já proveram nossa sociedade com mais ordem do que se fosse obtido por meio de qualquer das suas imposições.

Vocês alegam que existem problemas entre nós que somente vocês podem solucionar. Vocês usam essa alegação como uma desculpa para invadir distritos. Muitos desses problemas não existem. Onde existirem confi-

tos reais, onde existirem erros, iremos identificá-los e resolvê-los por nossos próprios meios. Estamos formando nosso próprio Contrato Social. Essa maneira de governar surgirá de acordo com as condições do nosso mundo, não do seu. Nosso mundo é diferente.

O espaço cibernético consiste em idéias, transações e relacionamentos próprios, tabelados como uma onda parada na rede das nossas comunicações. Nosso é um mundo que está ao mesmo tempo em todos os lugares e em nenhum lugar, mas não é onde pessoas vivem.

Estamos criando um mundo que todos poderão entrar sem privilégios ou preconceitos de acordo com a raça, poder econômico, força militar ou lugar de nascimento.

Estamos criando um mundo onde qualquer um em qualquer lugar poderá expressar suas opiniões, não importando quão singular, sem temer que seja coagido ao silêncio ou conformidade.

Seus conceitos legais sobre propriedade, expressão, identidade, movimento e contexto não se aplicam a nós. Eles são baseados na matéria. Não há nenhuma matéria aqui.

Nossas identidades não possuem corpos, então, diferente de vocês, não podemos obter ordem por meio da coerção física. Acreditamos que a partir da ética, compreensivelmente interesse próprio de nossa comunidade, nossa maneira de governar surgirá. Nossas identidades poderão ser distribuídas através de muitas de suas jurisdições. A única lei que todas as nossas culturas constituídas iriam re-



num mundo que brevemente será coberto pela mídia baseada em bits. Sua indústria da informação cada vez mais obsoleta poderia perpetuar por meio de proposições de leis na América e em qualquer outro lugar que clamam por nosso próprio discurso pelo mundo. Essas leis iriam declarar idéias para serem um outro tipo de produto industrial, não mais nobre do que um porco de ferro. Em nosso mundo, qualquer coisa que a mente humana crie, pode ser reproduzida e distribuída infinitamente sem nenhum custo. O meio de transporte global do pensamento não mais exige suas fábricas para se consumir.

conhecer é o Código Dourado. Esperamos que sejamos capazes de construir nossas próprias soluções sobre este fundamento. Mas não podemos aceitar soluções que vocês estão tentando nos impor.

Nos Estados Unidos vocês estão criando uma lei, o Ato de Reforma das Telecomunicações, que repudia sua própria Constituição e insulta os sonhos de Jefferson, Washington, Mill, Madison, de Tocqueville and Bradeis. Esses sonhos precisam nascer agora de novo dentro de nós.

Vocês estão apavorados com suas próprias crianças, já que elas nasceram num mundo onde vocês serão sempre imigrantes. Porque têm medo delas, vocês incumbem suas burocracias com responsabilidades paternais, já que são covardes demais para se confrontarem consigo mesmos. Em nosso mundo, todos os sentimentos e expressões de humanidade, desde os mais humilhantes até os mais angelicais, são parte de um todo descosturado; a conversa global de bits. Não podemos separar o ar que sufoca daquele no qual as asas batem.

Na China, Alemanha, França, Rússia, Singapura, Itália e Estados Unidos, vocês estão tentando repelir o vírus da liberdade, erguendo postos de guarda nas fronteiras do espaço cibernético. Isso pode manter afastado o contágio por um curto espaço de tempo, mas não irá funcionar

Essas medidas cada vez mais coloniais e hostis os colocam na mesma posição daqueles antigos amantes da liberdade e autodeterminação que tiveram de rejeitar a autoridade dos poderes distantes e desinformados. Precisamos nos declarar virtualmente imunes de sua soberania, mesmos se continuarmos a consentir suas regras sobre nós. Nos espalharemos pelo mundo para que ninguém consiga aprisionar nossos pensamentos.

Criaremos a civilização da Mente no espaço cibernético. Ela poderá ser mais humana e justa do que o mundo que vocês governantes fizeram antes. Davos, Suíça, 8 de fevereiro de 1996.

John Perry Barlow é fazendeiro aposentado, um lírico do Grateful Dead e co-fundador da Eletronic Frontier Foundation. Publicado originalmente na seção Mundo Virtual da Agência Estado - Internet.

UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA

O Ministério adverte: patê de fígado de docente é prejudicial à saúde

Carlos Alberto Lobão Cunha

As pessoas manifestam-se de locais determinados para interlocutores idem. No caso em apreço, escrevo como professor de uma universidade estadual de São Paulo após observar a matéria "Quem deve mandar na universidade?" e dirijo-me ao público - majoritariamente docente - alcançado pelo Jornal da Adunicamp.

A matéria referida compõe a seção Ensaio, página 154 da revista Veja, edição 1462, ano 29, nº 38, de 18 de setembro e de autoria de Cláudio Moura Castro. Ao final o autor pergunta: "[...] será que podemos ignorar seus conselhos?", referindo-se aos "sete princípios de governabilidade para as universidades" contidos no livro *The University: an Owner's Manual*. Esclarece o sr. Moura Castro que se trata de obra do "historiador Henry Rosovsky, por muitos anos decano da Universidade de Harvard". O sr. Moura Castro explicita, ainda, que "mesmo em Harvard, suas idéias provocaram indignação e acessos de fúria".

Vamos por partes. Não li, ainda, o citado livro de Rosovsky. Antes, porém, de comentar - sem acesso de fúria e com indignação - o contido na matéria do sr. Moura Castro, sinto-me obrigado a fazer algumas observações: a revista Veja não esclarece quem é o sr. Castro; será que a mesma acredita que seus leitores devam saber quem ele é?! O sr. Castro, segundo o jornal diário Folha de São Paulo de 02 de setembro - matéria de Fernando Rossetti-, é brasileiro, economista, e trabalha no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, ainda conforme aquele diário, "foi um dos principais financiadores do crescimento do ensino superior na América Latina nos últimos 35 anos" - tal aspecto é do conhecimento de parcela significativa de docentes. Será que os leitores de Veja sabem de onde estão vindo as

ponderações que os remetem a "[...] será que podemos ignorar seus conselhos?".

Vamos às "ponderações". O sr. Castro utiliza técnica de redação de-veras conhecida, qual seja: exprimir ponto de vista com o qual concorda remetendo o interlocutor a formulações de outrem; preferencialmente com autoridade "inquestionável". Dependendo do interlocutor essa técnica pode ser vista - minimamente - de modo simpático ou encarada como um expediente desonesto.

A meu juízo o texto do sr. Castro está no segundo caso, haja vista o expresso na matéria "BID reavalía o conceito de universidade", do citado diário paulistano, que comenta palestra proferida por aquele sr. no II Encontro do Programa Especial de Treinamento (PET), promovido pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Águas de Lindóia (SP). Transcrevo, a seguir, parte daquela matéria - no item "Quatro tipos de ensino" -, entendendo que as aspas englobam palavras textuais do palestrante:

[...]

"1) Formar elites, que são "as pessoas que pensam melhor, que vão assumir a liderança ou que vão criticar as lideranças". As instituições que oferecem esse ensino também serão as produtoras de conhecimento, ou seja, terão pesquisa. Modelos: Harvard, Princeton e Yale, nos EUA.

2) Formar profissionais, como dentistas, médicos, advogados, engenheiros. "São áreas onde não dá para operar sem vencer uma linguagem própria, que se adquire em um período longo de aprendizagem específica". Esse ensino têm (sic) "necessidade de professores com experiência profissional, o que colide com a política brasileira de impedir que profissionais sejam professores universitários de primeira grandeza". [...]

3) Formar técnicos. "É seme-

lhante à profissional, mas trata de áreas que 'subiram o morro'". São áreas práticas, com linguagem própria, mas que antes era aprendida no nível secundário". (sic) [impossível saber o que aconteceu com as aspas na matéria de Fernando Rossetti]. Exemplo: contadores, técnicos em eletrônica, fisioterapeutas. Como o ensino profissional, este deve ter laços estreitos com o mercado de trabalho - "as empresas têm que interferir nesse ensino." Mas é de duração bem mais curta.

4) Formar pessoas com uma educação geral, não essencialmente voltada para uma única profissão. Os exemplos são os cursos denominados nos EUA como "liberal arts" (artes liberais). É a área que exige menos investimento."

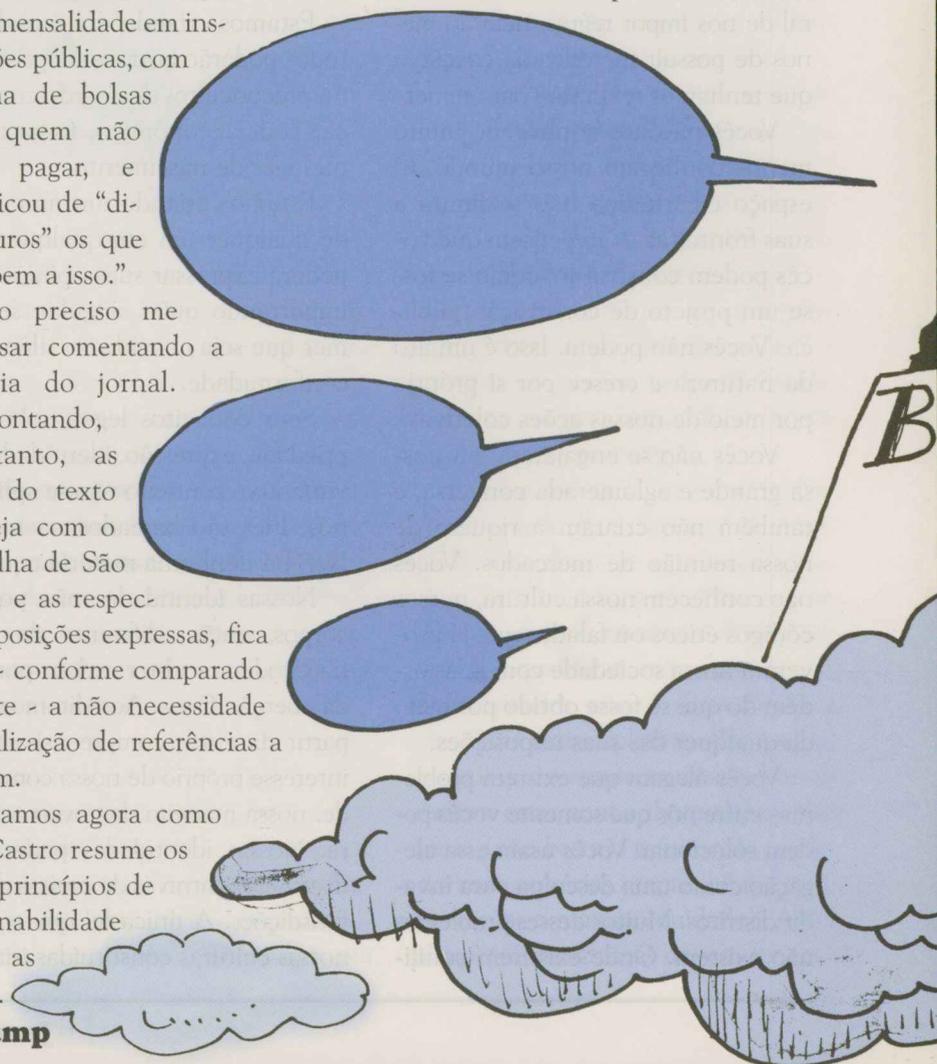
No item seguinte, a matéria daquele diário explicita que: "A palestra deixou a platéia atônita - Moura Castro defendeu, ainda, a cobrança de mensalidade em instituições públicas, com sistema de bolsas para quem não pode pagar, e classificou de "dinossauros" os que se opõem a isso."

Não preciso me dispersar comentando a matéria do jornal. Confrontando, entretanto, as datas do texto de Veja com o da Folha de São Paulo, e as respectivas posições expressas, fica clara - conforme comparado adiante - a não necessidade da utilização de referências a outrem.

Vejamos agora como o sr. Castro resume os "sete princípios de governabilidade para as

universidades" (presumo que se trata de resumo - ou síntese? - as considerações que seguem cada um dos "princípios" - grafados em itálico e numerados seqüencialmente). Reproduzirei os "princípios" e tecerei comentários sobre o "resumo" elaborado pelo funcionário do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

1. Nem tudo melhora quando se torna mais democrático. A formulação é significativamente geral. Observe, entretanto, que as universidades - especialmente na escolha de seus reitores - debatem as visões e propostas que os candidatos possuem tendo em vista o futuro próximo da instituição. As reitorias estão subordinadas a conselhos universitários - colegiados com participação de todos os segmentos da instituição e representantes de outros setores sociais. Que esses mecanismos possuam defi-



ciências na execução prática não invalida seu caráter democrático. Institutos, faculdades e departamentos também possuem muitas dessas características. “Os estudantes não sabem, e seus professores, sim”, diz o sr. funcionário do BID. Não sabem, o quê?! Creio que parcela significativa dos docentes aprende muito com seus alunos. Acredito que só é bom professor quem continua aluno aprendendo com tudo na vida! É claro que os alunos não conhecem os conteúdos específicos. Isto, entretanto, não está explicitado na formulação daquele funcionário que diz, ainda: “Os estudantes são avaliados pelos professores, e não vice-versa”. Somos avaliados diuturnamente pelos alunos, informal e formalmente; e já participei de significativo trabalho pedagógico (Geociências/USP, 1974-1977) em que a auto avaliação dos alunos era tão rigorosa quanto a de qualquer professor. Devem existir várias outras boas experiências pelo Brasil afora. Em nossa universidade os relatórios trienais de cada docente contemplam, necessariamente, a avaliação feita pelos alunos.

2. Há diferenças essenciais entre os direitos de cidadania em uma nação e os direitos dos que entram em uma organização voluntária. “[...] os alunos estão na universidade por que

querem. Ao entrar, implicitamente aceitaram as suas regras. O mesmo se dá com os professores. Saber física ou biologia não lhes dá o direito de tomar o lugar dos administradores da universidade”; diz o sr. funcionário. O suposto, então, é que as regras e os burocratas são imutáveis?! É perfeitamente justo que regras sejam mudadas desde que com procedimentos legítimos! Pois não?!

3. Os direitos e responsabilidades devem refletir o horizonte de tempo do compromisso de cada um. “O aluno passa quatro anos na universidade e vai embora. Seu compromisso é mínimo, sua inexperiência é máxima. A regra “uma pessoa, um voto” daria influência máxima aos que teriam o horizonte de tempo mais curto. Se os alunos resolvessem vender o patrimônio da universidade, não arcariam com as consequências. Devem ter maior responsabilidade, portanto, os administradores e os professores vitalícios, que terão no futuro de conviver com as consequências dos seus atos”. É o texto integral daquele sr. funcionário. Confesso minha ignorância. Não tinha a menor idéia que Harvard do princípio discutia eleição direta para reitor, e com base em uma pessoa, um voto. Quem diria! Devo observar que os universos docente, discente e de servidores, dependentes entre si, são todos permanentes. Todos

possuem história, a rotatividade do universo discente é que é maior; só isso! A distinção que faço é sobre as relações estabelecidas no processo de trabalho. Docentes e servidores possuem relações de trabalho - são profissionais. Já os discentes não possuem relações dessa ordem. Daí porque acredito que o peso de docentes e servidores (em eleições ou consultas) deva ser o mesmo, e maior que o dos discentes. Não há qualquer co-

mentário a fazer sobre as outras coisas mais absurdas contidas nesse resumo do “princípio” 3.

4. Os que tem mais conhecimento têm direito a ter mais voz ativa. “Os alunos [...] não podem ter a responsabilidade pelos currículos ou pelo ensino, embora possam legitimamente comentar a qualidade das aulas” (grifo meu). Senhores alunos, conforme aquele sr. funcionário, criticar, tentar ajudar para melhorar, protestar então, nem pensar! É permitido, entretanto, tecer comentários - preferencialmente a favor, imagino eu. Continua aquele sr.: “Dos assuntos acadêmicos quem entende são os professores. Mas alguém tem de estar acima de todo esse processo e tomar as decisões necessárias: aí está o papel do reitor.” A meu ver, isso é ser rei - como Luiz XIV.

5. A qualidade das decisões melhora quando se evitam deliberadamente os conflitos de interesses. Diz aquele sr. que: “Os professores não determinam seus próprios salários. Os estudantes não dão notas a si mesmo, não determinam as exigências acadêmicas e não estabelecem o valor das mensalidades.” Creio ficar claro o ato perlocutório: o pagamento da universidade. É sabido que os organismos internacionais pressionam no sentido de que pagamentos sejam cobrados diretamente dos alunos. Tema esse recorrente entre os inimigos das universidades e da coisa pública.

6. O objetivo da administração deve ser aumentar a capacidade da instituição para o ensino e a pesquisa. “Essas são as suas missões”, [...] diz aquele. Creio que objetivo maior de uma universidade deva ser produzir e divulgar o conhecimento - o que é feito por meio da pesquisa, do ensino e da extensão.

7. Para funcionar bem, um sistema hierárquico de governo requer mecanismos explícitos de consulta e de prestação de contas. “[...] E quem manda, e isto também é válido para os professores, deve sempre ser capaz de oferecer explicações completas e honestas para todas as ações administrativas. [...]” diz aquele. Completas e honestas não significam, necessariamente, justas. E aí está a essência das posições daquele: injustiça!

Acredito que continuaremos a

ouvir ataques e presenciar ações no sentido do desmantelamento das atividades públicas em nosso País. Ao insistirem em “novo modelo” para as universidades, os inimigos da coisa pública pretendem instalar guerra intestina entre nós. Trabalhando com os artificiais conflitos entre as áreas médico-biológicas, humanas e artísticas, e exatas e tecnológicas, em época de poucos recursos, não duvido que alguns poucos tenderão a achar que o seu adversário imediato encontra-se nas outras áreas da própria universidade, caso acreditem ser mais adequado esse “novo modelo”. Nesse caso o patê de fígado de integrantes das outras áreas poderá parecer atraente.

Caso tal insensatez ocorra, devo lembrar que seria processo irreversível. As próximas vítimas seriam docentes intra-áreas; após, intra-unidade; após, intra-departamentos; após, o laboratório vizinho; e após, o vizinho de sala..., e acabaríamos de modo semelhante ao personagem do conto “Olhar”, de Rubem Fonseca em “Romance Negro e outras histórias”, Companhia Das Letras, p.59-73, intrigados em saber o gosto do próprio fígado. Aí não daria mais para fazer algo, já que não haveria mais o que fazer.

Há que reagir! Já! E dizer como Caetano Veloso reagindo às vaias, em 1968, quando cantava “É proibido proibir” no Festival de Música da TV Record: [a partir de] “Hoje não tem Fernando Pessoa... CHEGA!!”

O autor expressa seus agradecimentos aos que colaboraram, em especial à Maria Cristina Briani e aos professores Maria Irma Hadler e Wilson Cano.

PS - Imediatamente antes de entregar esta matéria ao jornal, leio na seção “Carta ao leitor” de Veja, edição 1465, ano 29, nº 41, de 9 de outubro, que, na “Seção Ensaio, na última página, estarão se revezando com Roberto Pompeu de Toledo dois respeitadíssimos intelectuais. Um é o economista Cláudio Moura Castro, 57 anos, diretor de projetos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID”. Então tá...

Carlos Alberto Lobão Cunha é professor da área de Educação Aplicada às Geociências do Instituto de Geociências da Unicamp.



TITULAÇÃO

Notas sobre o mestrado interinstitucional

Sírio Possenti

Na primeira parte deste texto, exponho e comento rapidamente alguns dos critérios da CAPES relativos ao Subprograma Mestrado Interinstitucional (MI). Na segunda, destaco a relevância do programa e alguns de seus riscos. A razão principal que me leva a opinar sobre o tema é o fato de ter participado de um programa similar, através de convênio envolvendo o Departamento de Linguística (IEL-Unicamp) e a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), antes mesmo de o MI ser objeto de implementação e apoio por parte da CAPES.

O programa MI, da ótica da CAPES, nasce da constatação de que a titulação de docentes universitários não tem no país o ritmo desejável, por um lado, e de que, por outro, já existem de fato ações alternativas com o objetivo de prover tal titulação. Há muitas razões para que o ritmo da titulação não seja o desejável. Pouco dinheiro investido e dificuldade de deslocamento para os centros de pós-graduação por parte de muitos docentes são apenas duas, mas são cruciais.

Uma das formas de aumentar o número de mestres em instituições universitárias, inclusive com custo menor, é encontrar saídas alternativas aos clássicos mestrado e doutorado - cujos perfis, independentemente dos MI's, estão em discussão (o mestrado deve continuar existindo? O que é uma dissertação? Devemos aceitar mestrados profissionalizantes? Quais os prazos aceitáveis?). Uma saída alternativa é a organização de mestrados nos quais uma universidade entra com seus docentes qualificados e experientes e outra instituição entra com seus docentes para que sejam os alunos de um programa transitório de titulação. Concretamente: realiza-se um curso de mestrado no local em que estão os alunos, tipicamente professores universitários. A diferença básica em relação aos programas clássicos - as outras todas decorrem dela - é que são os professores da pós-graduação que se deslocam. Há algumas restri-

ções para que tais programas funcionem: os cursos devem destinar-se a equipes inteiras; funcionarão por prazo definido (30 meses); deve haver um grupo de docentes interessados no projeto (o que equivale em boa parte a haver uma política local de formação de docentes) etc.

Há outras exigências, cujos objetivos básicos são garantir qualidade e impedir expansão indesejada de tais cursos. Entre as principais exigências estão: que o curso promotor esteja consolidado e tenha boa avaliação

pela CAPES; que a entidade receptora assegure a infraestrutura necessária; que promova a diminuição de carga didática dos docentes-alunos e lhes garanta mesmo assim o salário; que tenha carreira docente com regime de tempo integral (pelo menos para 25% do quadro). Os

alunos desses mestrados não podem ser selecionados livremente: devem pertencer à instituição receptora ou a alguma associada; devem permanecer na instituição promotora por um semestre, basicamente para viver uma experiência diferenciada e receber orientação para redigir o trabalho de conclusão. Dadas as condições, a CAPES assessora e financia parte do projeto (paga os docentes, dá bolsas aos alunos, contribui com infraestrutura etc).

Estas são, em linhas gerais, as características e as exigências "formais". Passo agora à segunda parte.

Em primeiro lugar, queria expor meu ponto de vista sobre a relevância e a necessidade de programas de titulação como os MI's e similares. Há muitos argumentos a favor de sua realização. Há os clássicos e ób-

vios (necessidade de aumentar o número de pós-graduados - o que aumenta a massa crítica; de massificar a produção e circulação de novos saberes). Mas, eu queria destacar alguns aspectos que usualmente não são considerados. Em especial, dois:

a) se se pudesse comparar a clientela típica dos cursos de pós-graduação - os egressos da graduação - com sua clientela possível, a que seria selecionada se não houvesse a interferência dos fatores econômicos, geográficos culturais etc, e até dos endó-

genos (um aluno conhecido desde a graduação, de preferência na IC, apresenta um risco menor...), encontrar-se-iam no interior do país, longe dos grandes centros, muitos candidatos que os pesquisadores/docentes de pós-graduação certamente

desejariam ter em seus cursos e em seus laboratórios. O que quero dizer é que, apesar da pasmeira e da mesmice, da falta de bibliotecas e de estímulo aos aspectos intelectuais das carreiras docentes, há, em muitos lugares, grupos semi-organizados com muita vontade de crescer e com potencial insuspeitado. Sua capacitação para dar saltos de qualidade pode ser obtida com menos trabalho e menor custo do que os usualmente dispendidos com a clientela típica (que, freqüentemente é muito boa, mas, com alguma freqüência, serve-se da pós-legitimamente - como continuação de uma carreira de estudante). Enquanto isso, muita gente esforçada e competente está sem condições de acesso ao conhecimento mínimo indispensável para poder progredir autonomamente. Ou melhor, com seu

grupo local. Para muitos, esse mínimo indispensável pode resultar de alguns cursos, de uma bibliografia bem selecionada, de um laboratório um pouco além do mínimo.

O segundo argumento é propriamente político. Penso que os grupos que estão em condições melhores - mesmo que não ideais - têm a obrigação política de ir além de seu trabalho cotidiano (mesmo que este seja duro), para propiciar a outros grupos, que trabalham em condições ainda piores, a possibilidade de qualificarse. Não se pode esperar que as condições ideais estejam satisfeitas para aceitar a implantação de um projeto. Frequentemente, a própria implantação do projeto é a condição fundamental para que as outras condições venham a se verificar. Estou convicto de que é muito melhor realizar um curso mediano (por exemplo, que fosse equivalente a um mestrado de nível B) do que não fazer nada. Insisto, no entanto, em que não se trata de fazer concessão à má qualidade, à mera quantidade, mas da necessidade de intervir para melhorar as condições da universidade brasileira

Em resumo: há muitos colegas em excelentes condições de avançar rapidamente em sua qualificação, se os que podem se dispuserem a participar de programas que lhes forneçam as condições mínimas necessárias.

Evidentemente, os MI's e programas similares oferecem riscos e podem ser usados como desculpas até mesmo por órgãos de fomento para diversas manobras.

O principal risco de um programa de MI é o de vir a descuidar da qualidade. Esta deve ser a principal preocupação dos grupos envolvidos num projeto de tal natureza. Evidentemente, qualificar mais professores universitários não é equivalente a distribuir mais diplomas. Por isso, os grupos que assumirem tais programas devem estar acima de qualquer suspeita (não basta o mínimo de cuidado com as várias etapas - é necessário tomar o máximo cuidado). Além disso, tais programas devem ter seus

Uma saída alternativa é a organização de mestrados nos quais uma universidade entra com seus docentes qualificados e experientes e outra instituição entra com seus docentes para que sejam os alunos de um programa transitório de titulação.

resultados avaliados muito rigorosamente - o que inclui possivelmente uma análise à parte das dissertações, talvez comparando-as a uma amostra das produzidas segundo as condições e nos locais usuais.

Outras questões devem ser levadas em conta, porque podem tornar-se problemas. Uma é o risco de os MI's virem a multiplicar-se indiscriminadamente, como os atuais cursos de especialização. Outro é que a CAPES alegue o consumo de muitos recursos para implementar tal subprograma, esvaziando os cursos de pós-graduação convencionais, através da diminuição do apoio a eles. Uma política equivocada de regionalização pode levar a isso. Incentivar um programa como o MI não pode vir a significar o abandono da pós-graduação implantada, com suas rotinas e seus critérios. Por outro lado, tal rotina e tais critérios não podem levar a pensar que só se pode fazer alguma coisa quando todas as condições estiveram otimamente satisfeitas. Até porque, se assim fosse, um bom número dos cursos convencionais deveria parar de funcionar..

Para finalizar, direi que a experiência de levar o Mestrado em Linguística para Porto Velho (RO), em moldes muito semelhantes aos preconizados pelo MI, foi certamente bem sucedida. Várias dissertações já foram defendidas no IEL e o salto de qualidade dos docentes envolvidos é evidente. Quero ressaltar que, quando o Departamento aceitou participar do convênio com a UNIR, tinha descartado outras formas de colaboração (mestrados tutelados, por exemplo) com outras instituições universitárias.

Que a implementação de um programa como o MI esteja a cargo de um grupo de docentes que tenha alguma afinidade no que se refere à política universitária me parece relevante. Isso porque a participação em projetos extraordinários não pode levar ninguém a usar o trabalho que ele exige como desculpa para omissões no interior de sua instituição. Além disso, como disse acima, participar de projetos como o MI resulta também de uma opção política.

Sírio Possenti é professor livre-docente do Departamento de Linguística e Coordenador da CPG do Instituto dos Estudos da Linguagem.

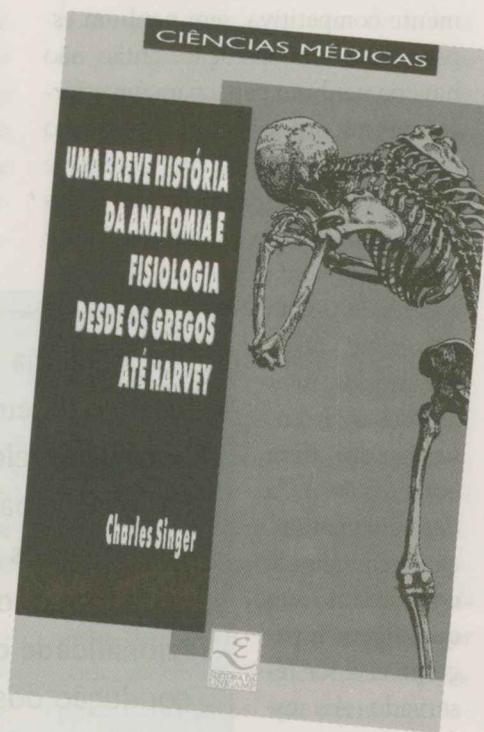
RESENHA

História da medicina ganha obra de Singer em português

No último mês de maio, a médica Rachel Lewinsohn, publicou pela Editora da Unicamp, juntamente com a bióloga Marina Rachel Araújo, a versão em português de um clássico da literatura da medicina. Trata-se de *Uma breve história da anatomia e fisiologia desde os gregos até Harvey*, de Charles Singer, cuja primeira edição apareceu em 1925.

Formado em medicina, Charles Singer (1876-1960) cedo descobriu a sua verdadeira vocação, a História e Filosofia da Ciência e Medicina. Foi convocado para servir no Corpo Médico do exército inglês na Primeira Guerra Mundial, mas depois da guerra abandonou o exercício da profissão para se dedicar ao ensino e pesquisa e à autoria de artigos e livros sobre a história da medicina e da ciência, áreas em que se tornou autoridade mundial. Autor prolífico, dono de vasta cultura, escreveu inúmeros artigos e livros sobre os mais diversos aspectos de ambas, e inspirou mais de uma geração de estudantes de medicina e história com o seu entusiasmo, seu carisma e a sua erudição. Mas o nome de Singer é lembrado, acima de tudo, em relação a uma monumental enciclopédia da História da Tecnologia, cuja edição pela Universi-

dade de Oxford ele coordenou durante muitos anos. Escreveu e lecionou praticamente até à véspera de sua morte.



A iniciativa de publicar a versão da Breve História foi decorrência da escassez de material bibliográfico sobre o assunto em português que se faz sentir em particular no estudo e ensino da História da Medicina. Há sete anos, a professora Rachel Lewinsohn ministra cursos de introdução e de tópicos selecionados desta disciplina, no Núcleo de Medicina e

Cirurgia Experimental da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Ela considera o estudo da História da Medicina importante, não só para os estudantes e professores de medicina e os profissionais da saúde em geral, mas para enriquecer os conhecimentos de qualquer pessoa culta sobre a saúde, tanto quanto a história geral da humanidade.

A obra escolhida (que Marina traduziu de forma esplêndida), embora concebida há quase um século, não tem idade. O texto, cujo estilo fluido e fácil de assimilar mascara grande erudição do autor, narra a história da anatomia e fisiologia, disciplinas básicas da medicina, de modo claro e acessível não somente aos profissionais da área, mas ao público em geral. Citando os comentários finais na capa do livro, diz a professora: "Oferecemos esta versão à comunidade científica e leiga na dupla esperança de que seja seguida de outras contribuições à bibliografia desta área, e que seja lida com o mesmo prazer que nos deu o preparo da versão do inglês para a nossa língua". E continua: "Os primeiros frutos do nosso trabalho começam a aparecer. Recentemente tive grande satisfação em saber que o livro foi adotado como matéria didática em um universidade do Rio de Janeiro".

O caminho

José Ricardo Figueiredo

O caminho é pela esquerda, longe do esquerdismo pelo esquerdismo.

E o caminho é tortuoso e cheio de avanços e retrocessos.

Assim, é preciso perseverar no caminho da retidão.

Pois, como disse um poeta, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar.

José Ricardo Figueiredo é professor da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp.

COOPERAÇÃO/COMPETIÇÃO

Centros de Excelência

Helio Waldman

A Califórnia tem hoje alguns dos melhores e maiores centros universitários do mundo. Por isso, seria mesmo natural que viesse de lá uma piada sobre estudantes universitários. Diz a piada californiana que um aluno mediano resolveu acampar na montanha com o melhor aluno de sua turma. Estavam os dois lá na Sierra Nevada apreciando a natureza quando avistaram, de longe, um urso faminto. O urso também os viu, e começou a se aproximar. Imediatamente, o melhor aluno da turma apanhou sua luneta, sua calculadora, estimou a distância e a velocidade da fera, e passou a simular diferentes cenários para frustrar o apetite do animal. Enquanto isso, o aluno mediano vestia o seu tênis de corrida e se preparava para fugir. Terminados os cálculos, o melhor aluno da turma se volta para o seu colega mediano e afirma: "Não adianta correr. De acordo com os meus cálculos, por mais rápido que corramos não vamos escapar do urso!". E o aluno mediano responde: "Não dá para correr mais rápido que o urso? Mas que pena! Ainda bem que, com esse tênis no pé, eu certamente vou correr mais rápido que você!..."

A fábula compara duas lógicas distintas e contraditórias, mas profundamente arraigadas à condição humana: a da cooperação e a da competição. Ela parece também refletir uma avaliação do valor da excelência acadêmica nos dias de hoje: um conceito simpático, interessante, mas meio irrelevante no mundo super-competitivo em que estamos ingressando. A excelência acadêmica reina como valor supremo nos momentos de cooperação, que geralmente predominam nas épocas de pós-guerra, em que o mundo se enche de boas intenções. Mas, depois de algum tempo tentando cooperar entre si, os homens acabam se escandalizando consigo mesmos, e resolvem que competir é mais saudável. Parece que estamos vivendo um momento destes.

A questão que se coloca hoje é a seguinte: neste mundo competitivo

que se esboça para a próxima geração, qual é o papel da excelência acadêmica? Tomando por hábito (ou por vício) uma abordagem acadêmica, vamos começar examinando um caso extremo: se a sociedade fosse totalmente competitiva, sem nenhum espaço para a cooperação, então não haveria nenhum papel para um esforço tipicamente cooperativo como é o cultivo da excelência na Ciência e Tecnologia, pois estaríamos todos ocupados em nos esganarmos. Mas é claro que uma sociedade assim não seria viável. Mesmo os mais ardorosos defensores da livre competição e da desregulamentação generalizada concordam em que algum espaço precisa ser reservado aos esforços cooperativos da sociedade, inclusive para soar o alarme quando as loucuras competitivas nos levarem perto demais dos desastres políticos, morais, ecológicos, sanitários, etc. (vide, por exemplo, o salvamento da camada de ozônio). Portanto, sempre haverá espaço para o cultivo da excelência, a busca racional de soluções para indagações universais, etc.. O problema é que, na medida em que a sociedade relega mais e mais espaço aos automatismos do mercado competitivo, o espaço da racionalidade científica na condução dos assuntos públicos, e o próprio elenco dos assuntos considerados públicos, é cada vez mais reduzido.

Sobram, é claro, os assuntos privados, cujo rol vai aumentando na mesma medida em que a esfera pública se contrai. Depois da desregulamentação das Telecomunicações americanas, cientistas dos Laboratórios Bell, depois de anos de dedica-

ção à ciência básica, foram relocados para o "atendimento ao cliente", em face da necessidade de competir e de dar uma concepção científica aos negócios da empresa. E por que não? Ciência e Tecnologia a serviço de produtores e consumidores num mercado aberto e competitivo podem ser a grande saída nesses tempos bicudos. Entender a lógica dos agentes econômicos no ambiente competitivo, e a sinergia destes com a inovação tecnológica, não é menos no-

bre, nem menos complicado, nem menos interessante que as partículas elementares. O problema é que o ambiente competitivo pressiona os interesses privados permanentemente contra o tempo. Para a mesma velocidade de solução do problema de um competidor privado, ser excelente continua melhor do que ser bom. Entretanto, ser bom depressa pode ser melhor do que ser excelente devagar, na medida em que isso significa ocupar o mercado antes dos concorrentes. Em outras palavras, a preeminência do fator tempo muda o conceito de excelência, dando-lhe uma dimensão temporal. Por isso, as soluções demandadas por "clientes" competitivos podem se situar num horizonte temporal incompatível com o ritmo e os critérios tradicionais da Universidade, que entretanto precisam ser mantidos a bem da excelência acadêmica.

Por outro lado, a Universidade precisa ter contacto vivo com a problemática competitiva das empresas, seja para proporcionar aos alunos uma formação voltada para os seus futuros desafios no mercado de trabalho, seja para manter atualizado o seu

temário de pesquisa. Para abrigar essas parcerias, parece conveniente a criação de Centros ou Consórcios, onde pesquisadores possam abordar diretamente questões de interesse empresarial no horizonte temporal que essas questões demandem (que pode ser de dias, semanas ou meses); onde docentes possam desenvolver suas pesquisas no ritmo e sob os critérios de excelência acadêmica demandados pelas Teses de Mestrado e Doutorado, que duram um ou mais anos; e onde todos possam se beneficiar de um ambiente comum, de onde os novos campos do saber tecnológico possam deitar raízes para dentro da Universidade e gerar frutos para as empresas e a sociedade.

A Universidade, com a sua estrutura tradicional de Departamentos, já é um centro de excelência acadêmica propriamente dita, voltada para uma leitura permanente da parte permanente do mundo, em que verdades eternas vão sendo continuamente descobertas, publicadas e incorporadas à memória coletiva para todo o sempre. Para isso, não precisamos nem de estruturas paralelas, nem de muita pressa, que aliás é inimiga da perfeição. Essa é a função precípua da Universidade, que precisa ser sempre continuada e preservada. Precisamos de novos espaços, porém, justamente para preservar as estruturas tradicionais enquanto se pratica uma nova excelência, uma excelência de resultados, emergencial, cuja dinâmica acompanhe e realimente um mundo em rápida evolução. Novas estruturas serão necessárias para viabilizar as parcerias empresariais em ambiente competitivo, e para assimilar os curtíssimos ciclos de obsolescência tecnológica que caracterizam a inovação contemporânea. Elas podem ser úteis para absorver o pessoal doutorado não-docente e mantê-lo intelectualmente ativo, ligado à Universidade e ao ambiente empresarial, e ligando estes entre si.

Mesmo reconhecendo a possível conveniência dessas estruturas paralelas aos Departamentos, entende-

O problema é que, na medida em que a sociedade relega mais e mais espaço aos automatismos do mercado competitivo, o espaço da racionalidade científica na condução dos assuntos públicos, e o próprio elenco dos assuntos considerados públicos, é cada vez mais reduzido.

DEBATE

A luta por novos cursos de graduação na Unicamp

Armando Boito Jr.

mos que qualquer proposta de criação de novos núcleos ou centros “de excelência” junto à Universidade deve ser vista com máxima cautela, reserva, e até desconfiança, frente ao uso discutível que foi feito desta idéia no passado. Nos anos 80, algumas de nossas lideranças abraçaram com entusiasmo a idéia de criar núcleos para abrigar as pesquisas “interdisciplinares”, como se não fosse possível conduzi-las através dos Departamentos. A fragilidade desta tese, e a maneira com que essas estruturas preferiram se aninhar nos escaninhos burocráticos da Universidade a se expor ao ambiente crítico da esfera acadêmica, só lhes trouxeram descrédito. A experiência recomenda portanto que iniciativas deste gênero sejam amplamente discutidas, criticadas, questionadas, e especialmente conduzidas pelos órgãos docentes da Universidade, e não pela Reitoria.

Last but not least, é preciso falar de dinheiro. De onde devem sair os recursos para manter centros e/ou núcleos paralelos aos Departamentos de ensino e pesquisa? Como eles podem vir de muitas fontes, é mais fácil especificar de onde não devem vir: do orçamento da Universidade. A questão aí não é de mérito, mas de ética orçamentária e de transparência, das quais não nos escusa a tão festejada autonomia universitária. Estruturas paralelas (ou seja, não previstas nos Estatutos aprovados em Lei) só nos parecem admissíveis como fonte de receita, e jamais de despesa. O dinheiro orçamentário é entregue à Universidade para ser gasto com os seus órgãos estatutariamente estabelecidos, os quais por seu turno devem se manter fiéis às suas finalidades estatutárias: docência e pesquisa nos Departamentos; administração nos órgãos administrativos; planejamento e supervisão institucional no CONSU, sob a presidência do Reitor. O resto é acessório, circunstancial, episódico, e eventualmente até supérfluo. Que seja portanto sustentado com recursos externos, limitando-se a Universidade unicamente a ceder espaço ocioso às iniciativas mais relevantes segundo os critérios das Unidades afins.

Hélio Waldman é professor titular de engenharia elétrica e de computação da Faculdade de Engenharia Elétrica da Unicamp.

A Unicamp teve a oportunidade, ao longo deste ano, de criar quatro importantes cursos novos de graduação: arquitetura, direito, psicologia e geografia. Todos já possuem um projeto detalhado, mas a incompreensão da necessidade acadêmica e política desses cursos tem dificultado sua aprovação. A decisão sobre o curso de direito foi adiada para 1997, no IFCH. O projeto de psicologia foi rejeitado na Faculdade de Ciências Médicas, e começou seu processo de tramitação na Faculdade de Educação. O projeto de geografia, cuja elaboração se arrasta há anos, ainda não foi submetido à apreciação. Infelizmente, a oportunidade representada pelo fato de termos uma reitoria favorável à expansão está sendo, até aqui, desperdiçada. O caso do Curso de Graduação em Arquitetura foi o mais lamentável. O Consu rejeitou o projeto que fora elaborado e aprovado pela Faculdade de Engenharia Civil. Foi uma grande derrota para os que defendem – na prática, e não apenas no discurso – o ensino público.

O Consu tinha acolhido o projeto do curso de arquitetura, num primeiro turno, na sua reunião de maio, por 34 votos a favor e apenas sete contra. Na votação final, na reunião de julho do Consu, o projeto recebeu 39 votos a favor e apenas 12 contra. E, mesmo assim, foi rejeitado! Isso porque um artigo conservador e indefensável do regimento da universidade exige para a criação de um novo curso de graduação a aprovação de dois terços dos membros do Consu. Isto é, faltaram quatro votos para o Curso de Arquitetura ser aprovado, a despeito dos votos favoráveis ao curso terem sido mais de três vezes maior que os votos contrários.

A universidade não pode continuar ausente em áreas básicas do co-

nhecimento, como direito, psicologia, arquitetura e outras. Trata-se de um problema acadêmico: essas lacunas tolhem o desenvolvimento de outras áreas que possuem interfaces com tais cursos. Além do aspecto acadêmico, temos um problema político. A universidade pública não pode negar-se a se expandir. Isso é o que querem os privatistas. Querem que a universidade pública se isole política e socialmente e que deixe o “mercado da educação” para eles explorarem. O problema político é também um problema de conjuntura: como podemos pressio-



nar a bancada progressista na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para garantir nossa autonomia e nosso orçamento e, ao mesmo tempo, darmos as costas para esses mesmos deputados que solicitam a expansão da Unicamp e para os colegiais que aspiram estudar numa universidade gratuita e de qualidade?

Quando eu e o professor João Quartim de Moraes apresentamos nossa candidatura à direção do IFCH, em 1992, nós colocamos em nossa plataforma o objetivo de lutar

pela abertura de novos cursos na Unicamp. Citamos como exemplos os cursos de direito, arquitetura, psicologia, geografia e jornalismo. No ano passado, quando o reitor tomou a iniciativa de constituir comissões para elaborar projetos para a criação de novos cursos, nós, juntamente com vários professores do IFCH, apoiamos e participamos dessas comissões. Na votação do Consu, todos os representantes de funcionários, o STU, a Adunicamp, a banca estudantil e a maioria dos diretores de unidade votaram a favor do curso de Arquitetura. A minoria de doze votos que obstruiu a criação do curso foi obtida com os votos do pró-reitor de pesquisa, do diretor da Instituto de Economia, do diretor da FCM, e da maioria dos diretores das engenharias. Os mega empresários do ensino e as igrejas que têm expandido de modo inaudito suas escolas, faculdades e universidades (?) na região de Campinas têm motivos para comemorar.

A unidade obtida no Consu entre os representantes de estudantes, de docentes e de funcionários pela abertura de novos cursos precisa ser mantida. Nos institutos e faculdades, onde considerações menores e estritamente orçamentárias têm afastado muitos docentes da proposta de abertura de novos cursos, é preciso intensificar a discussão de modo a conquistar a maioria para a expansão da universidade. O orçamento não é rígido como pensam e depende, também, da nossa luta. Talvez seja necessário lutar pela mudança da exigência absurda de maioria de dois terços do Consu para se criar um curso novo de graduação. O importante é não desistir frente às dificuldades e à primeira derrota.

Armando Boito Jr. é professor doutor e Diretor Associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

ADUNICAMP

Inauguração da sede própria

No dia 14 deste mês, a partir das 17h30, a diretoria da Adunicamp está inaugurando a nova sede da nossa entidade. Anote em sua agenda, participe.

Sua presença é muito importante.

A sede própria da Adunicamp, localizada na esquina da rua Cláudio Abramo e avenida Albert Einstein, será inaugurada no dia 14 deste mês. A construção dos quatro edifícios térreos com mezaninos, iniciada em fevereiro deste ano está sendo concluída na primeira semana de novembro. A nova sede tem um total de 880 metros quadrados de área construída, em um terreno de aproximadamente dois mil metros quadrados.

O projeto arquitetônico é de autoria do arquiteto Evandro Monteiro, da Coordenadoria de Projetos da Faculdade de Engenharia Civil. A construção foi realizada sob regime de administração, tendo como responsável técnico o engenheiro Luiz Carlos de Almeida cuja empresa foi contratada após análise de propostas recebidas de várias construtoras. Uma comissão de docentes, constituída em assembléia, acompanhou os trabalhos desde o início, estabelecendo os critérios para a realização dos contratos e assessorando a Diretoria na tomada de decisões. A obra foi dividida em cinco unidades, para as quais foram estabelecidas três etapas básicas de construção. Desta forma foi possível contratar diversos empreiteiros de mão-de-obra, com contratos limitados. De acordo com cláusula contratual, o fornecimento de materiais e serviços especializados de terceiros foram contratados após pesquisa de mercado realizada pelo administrador, sempre com um mínimo de três orçamentos. As faturas estão sendo pagas diretamente pela Adunicamp aos empreiteiros e fornecedores.

Na última semana de outubro foram completados os trabalhos de pintura, instalação de banheiros, luminárias e outros detalhes de acabamento, bem como concretagem de pavimentos, rampas de acesso e outros itens de obras externas. O revestimento e a pintura da caixa d'água, assim como sua ligação às

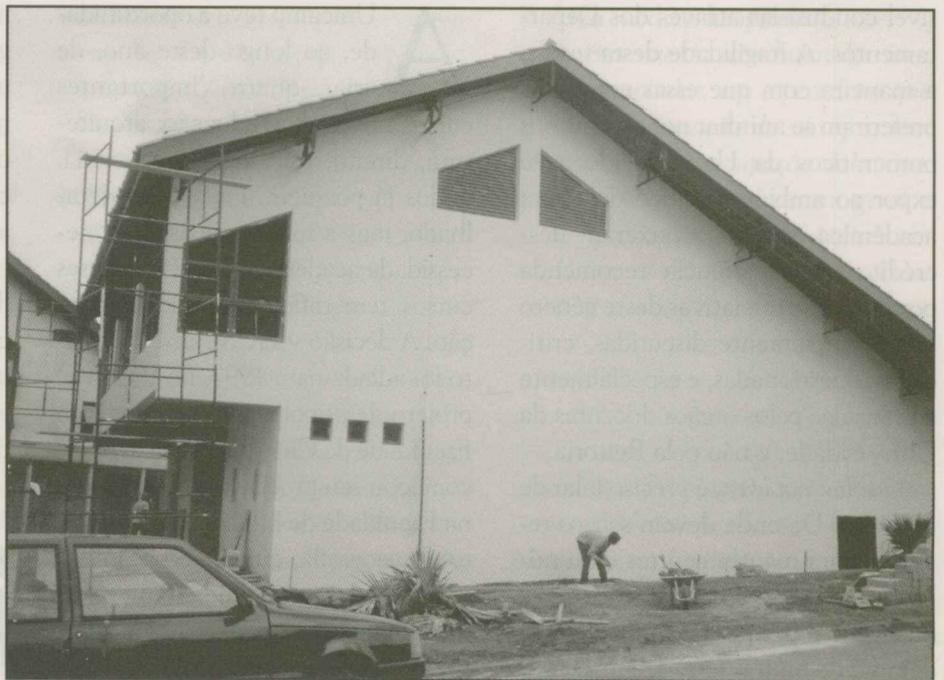
redes internas de abastecimento de água e de combate a incêndios, serão realizados até o início da segunda quinzena deste mês.

A nova sede conta com projeto de paisagismo desenvolvido pela professora Rozely Ferreira dos Santos, da Faculdade de Engenharia Civil. O projeto, cuja implantação foi realizada na primeira semana deste mês, contempla o uso de plantas tipicamente brasileiras, como ipê amarelo (árvore símbolo do Brasil), jequitibá (árvore símbolo de Campinas), palmeira imperial, quaresmeira e outras, em um conjunto integrado com as edificações.

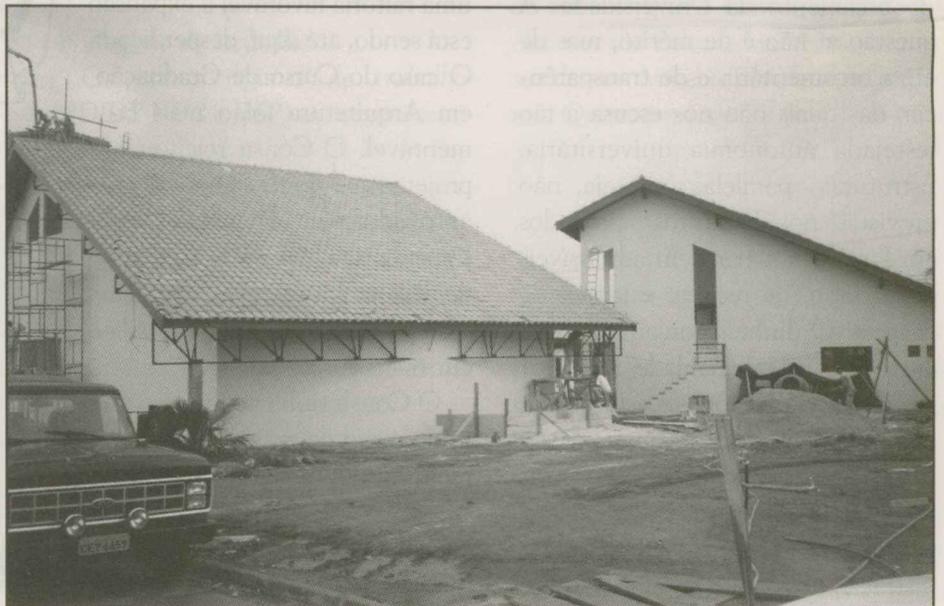
A construção de uma sede própria vinha sendo considerada ao longo de praticamente toda a história da Adunicamp. Sua realização se tornou viável através do apoio da comunidade e do trabalho de todos aqueles que antecederam a atual Diretoria. A partir da segunda quinzena deste mês, os novos espaços criados estarão à disposição de nossa comunidade.

O auditório, com 170 lugares, permitirá a realização de assembleias, debates, palestras e outros eventos culturais. Ainda no mesmo prédio, uma área no mezanino permitirá a realização de outros eventos culturais como exposições, lançamentos de livros etc, além de constituir-se em espaço extra para atender eventual superlotação do auditório. O edifício de multi-uso conta com uma área reservada a biblioteca e sala de leitura, além de um amplo salão para a realização de trabalhos de grupos ou debates e outros eventos que contem com a participação de até 40 pessoas. No mezanino, uma sala de televisão complementa as múltiplas funções desse edifício.

O edifício da administração conta com amplo espaço no andar térreo para atendimento aos associados, com área para administração



Nova sede em etapa final de construção: anfiteatro para 170 pessoas...



cantina, administração e área para implantação de projeto paisagístico.

de convênios, salas para advogado e jornalista, além de duas salas cuja ocupação será variável, podendo servir de apoio a eventos realizados no auditório ou a entidades afins que necessitem temporariamente de espaço para atividades no Campus. No pavimento superior estão localizadas salas para uso da diretoria, incluindo uma sala de reuniões para até quinze participantes.

Para reuniões mais descontraídas, como um *happy hour* em final de tar-

de ou uma esticada na conversa iniciada em um evento no auditório, espera-se que a cantina integrada ao conjunto sirva como mais um espaço para encontro dos docentes.

O projeto implantado na nova sede da Adunicamp conta também com rampas de acesso e instalações adequadas a portadores de deficiências físicas, possibilitando a participação de colegas que atualmente têm impedido seu acesso a diversos eventos realizados em nossa comunidade.